

**FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS  
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA  
DO BRASIL (CPDOC)**

Proibida a publicação no todo ou em parte; permitida a citação. A citação deve ser fiel à gravação, com indicação de fonte conforme abaixo.

FILHO, João de Almeida Sampaio . João de Almeida Sampaio Filho (depoimento, 2012). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (2h 5min).

Esta entrevista foi realizada na vigência do convênio entre ESCOLA DE ECONOMIA DE SÃO PAULO (EESP/FGV) e FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS (FGV). É obrigatório o crédito às instituições mencionadas.

**João de Almeida Sampaio Filho  
(depoimento, 2012)**

Rio de Janeiro

2020

### *Ficha Técnica*

**Tipo de entrevista:** História de vida

**Entrevistador(es):** Ana Carolina Bichoffe; Mário Grynszpan;

**Pesquisa e elaboração do roteiro:** Ana Carolina Bichoffe;

**Técnico de gravação:** Ítalo Rocha Viana;

**Local:** São Paulo - SP - Brasil;

**Data:** 05/07/2012

**Duração:** 2h 5min

Arquivo digital - áudio: 3; Arquivo digital - vídeo: 3; MiniDV: 3;

Entrevista realizada no contexto do projeto “Trajetória e pensamento das elites do agronegócio”, desenvolvido entre setembro de 2011 e dezembro de 2012, com financiamento da presidência da Fundação Getúlio Vargas. O projeto tem como objetivos a constituição de um banco de depoimentos (registrados em áudio e vídeo), que deverá ser disponibilizado na internet e, eventualmente, servirá como fonte para a publicação de um livro.

**Temas:** Agricultura; Agroindústria; Arrendamento; Atividade profissional; Borracha; Café; Cana de açúcar; Classes sociais; Crises econômicas; Economia; Ensino secundário; Ensino superior; Família; Fernando Henrique Cardoso; Formação escolar; Geraldo Alekmin; Governo federal; João Batista de Oliveira Figueiredo; José Serra; Mato Grosso; Pecuária; Pesquisa científica e tecnológica; Política; Política agrária; Projetos de lei; São Paulo; Sociedade Rural Brasileira (1919);

## *Sumário*

*Entrevista: 05.07.2012*

Origens familiares; a perda precoce dos pais; a relação com a tia materna; os estudos na Fundação Armando Alvares Penteado (FAAP), entre 1983 e 1986; o interesse por Economia Rural; o interesse do entrevistado por política agrícola; a origem paterna; a origem materna; o vínculo do entrevistado com o estado de Mato Grosso; a formação dos pais; comentários sobre a relação com os irmãos; o envolvimento do pai na Sociedade Rural Brasileira; comentários sobre os anos de colégio; comentários sobre os anos de estudo; as perspectivas profissionais do entrevistado no período da faculdade; a aquisição das terras em Mato Grosso; comentários sobre as atividades econômicas na fazenda em Mato Grosso; a experiência do pai do entrevistado com o café interrompida por uma geada, em 1975; a perda do pai, em 1979; o encontro com o então presidente João Baptista Figueiredo; comentários sobre a atividade política na juventude; a amizade com Jonas Pinheiro; a presidência da associação dos produtores de borracha no Mato Grosso, em 1994; as conversas sobre política com o pai; as discussões com o avô materno; comentários sobre o interesse político da mãe e dos tios; a relação com o irmão; a diferença entre o pai biológico e o pai de criação; a relação com o tio materno, o segundo pai para o entrevistado; a dinâmica da relação com o irmão; as atividades econômicas da família; a exploração de borracha junto com a esposa; a atividade econômica do entrevistado entre a pecuária, a plantação de cana e o seringal; o interesse pessoal pela exploração da borracha; a produção e o fornecimento de cana; as discussões do entrevistado com a família sobre arrendamento e produção de cana; o início do cultivo de seringueiras e da produção de borracha, em 1983; a importância da diversificação; o programa de financiamento do Governo Federal para a extração de borracha, Probor; o envolvimento do entrevistado com a produção seringueira; comentários sobre o período de crise da borracha, em 1990; a criação de uma agroindústria para o beneficiamento do látex; a relação com a empresa Michelin; a atuação política em prol da borracha quando presidente da associação dos produtores de borracha no Mato Grosso; a audiência com o então presidente Fernando Henrique Cardoso; comentários sobre a importância de Jayme Vazquez Cortez para o desenvolvimento da borracha no Brasil; o encontro com o então governador José Serra; a atuação como presidente da Associação

Nacional dos Produtores de Borracha do Mato Grosso e da Comissão Nacional de Borracha; a dedicação exclusiva à produção de borracha, em 1998; comentários sobre a importância da atuação como presidente da Sociedade Rural, em 2002; a ida para a Secretaria de Agricultura de São Paulo; o engajamento na campanha presidencial de Geraldo Alckmin; a relação com Xico Graziano; a formalização do convite para a Secretaria de Agricultura de São Paulo; comentários sobre a atuação como secretário de agricultura; a importância do investimento em pesquisa; a inovação dos programas propostos enquanto secretário de agricultura; a liberação do bloqueio sanitário imposto a São Paulo por alguns países; a importância da reforma de estradas, através da modernização do programa Melhor Caminho; comentários sobre os projetos que não foram possíveis de serem realizados; a importância do fortalecimento das relações entre as entidades de classe; o orgulho do entrevistado de ter feito do agronegócio um dos temas centrais das discussões do governo estadual; comentários sobre as diferenças do agronegócio atualmente; a importância da modernização e do acesso à informação na agricultura; comentários sobre a gestão de seringais em São Paulo; os desafios do setor da borracha; comentários sobre a vida familiar; a origem do sogro, também produtor rural; comentários sobre o convite para assumir a vice-presidência do grupo Marfrig.

*Entrevista: 05/07/2012*

Mário Grynszpan – Eu queria que você falasse um pouco das suas origens, seus pais, quem eles são, enfim, o que eles faziam.

João de Almeida Sampaio Filho – Vamos lá. Eu sou de... A minha família tanto por parte de pai quanto por parte de mãe sempre ligada a produção rural. O meu pai se chamava João de Almeida Sampaio, a mãe era da família Almeida Prado de Jaú e o pai da família Sampaio aqui de São Paulo. A minha mãe era Rodrigues da Cunha que é uma família do triângulo mineiro, de Uberaba, com Junqueira Franco que é uma família do interior de São Paulo, de Barretos precisamente.

M.G. – O nome dela completo...?

J.F. – Ana Cristina de Almeida Sampaio. Bem, eu nasci em São Paulo e estudei sempre aqui. Na minha casa se discutiu política agrícola e política bastante, o meu gostava muito. Mas eu tive uma peculiaridade nessa história, eu perdi meus pais muito novos. O meu pai morreu com quarenta e três anos de idade e minha mãe teve um acidente quatro anos depois, ela tinha quarenta anos.

M.G. – O senhor tinha que idade?

J.F. – Eu tinha quatorze e dezoito. Aí eu terminei... Aí falando a linguagem de pecuarista... Eu brinco que fui criado por uns pais e recriado e engordado por outros. Eu tive, então, a sorte... Uma irmã da minha mãe casada com um primo, um parente, que se chama Antônio Francisco Junqueira Franco e ela Virgínia Junqueira Franco, terminaram de nos criar. Meus filhos os chamam de avô e avó e eu os apresento hoje com muito orgulho: “Olha, são meus pais”. Então, também ele absolutamente ligado a produção rural; Fazendeiro, como ele gosta de se denominar. Então, a minha origem foi essa. Eu fiz colégio e faculdade aqui em São Paulo. Quando terminei a faculdade de Economia eu fui morar...

M.G. – O senhor estudou na FAAP<sup>1</sup>, não é?

J.F. – Na FAAP. Quando eu estava na FAAP, sempre procurei manter o contato com a questão da Economia Rural. Eu sempre gostei muito desse tema e esse tema me encantava com as assimetrias, vamos dizer assim, que tinha na nossa produção rural. Então, isso

---

<sup>1</sup> Fundação Armando Alvares Penteado (FAAP).

para mim foi muito interessante. Trabalhei um ano e meio na bolsa de mercadorias<sup>2</sup>. Trabalhava tentando operar com boi e café basicamente, tentando conhecer... Portanto, sempre muito ligado. Eu disse agora pouco até que eu tinha convivido muito com política agrícola em casa. O meu pai, João de Almeida Sampaio, era diretor da Sociedade Rural Brasileira<sup>3</sup> e eu convivi muito com isso. O tio dele, portanto meu tio-avô, Sálvio Almeida Prado foi presidente da Sociedade Rural Brasileira<sup>4</sup> durante muito tempo e a gente ia para a fazenda no norte do Paraná. Eu lembro bastante de ser menino e gostar de ouvir a conversa do tio Sálvio, como a gente falava, com o meu pai e alguns outros que se reuniam na sede da nossa fazenda para discutir política do café, de uma maneira geral, e o que estava acontecendo. Engraçado porque eu com dez, onze anos me interessava por uma parte política mesmo: abertura lenta, gradual, o final do governo Geisel<sup>5</sup>, início do governo Figueiredo<sup>6</sup>. Estive, muito menino ainda com o meu pai, uma vez com o presidente Figueiredo. Eu me lembro daquela cena com exatidão. Então, gostava de estar próximo a essas discussões. Isso foi uma coisa interessante.

M.G. – Em que ano o senhor nasceu?

J.F. – Em 1965.

M.G. – O seu pai, então, o senhor disse que ele vinha da agricultura também, ele era cafeicultor?

J.F. – Cafeicultor e um pouco de pecuária. A origem do meu pai é basicamente de cafeicultores e da minha mãe de pecuaristas. Então, o meu pai foi cafeicultor, se envolveu depois com pecuária e começou depois a migrar para a pecuária. Quando ele morreu ele já tinha, vamos dizer, uma parte maior da atividade dele já era pecuária. Mas tinha a cafeicultura como paixão, eu acredito.

M.G. – Tudo em São Paulo ou não?

---

<sup>2</sup> Atual Bolsa de Valores, Mercadorias & Futuros (BM&FBovespa S. A.).

<sup>3</sup> Presidente da instituição por dois momentos de 1963 a 1969 e 1972 a 1978.

<sup>4</sup> A Sociedade Rural Brasileira (SRB) constitui-se como entidade de caráter associativista e representativa da classe rural. Fundada em 19 de maio de 1919, na cidade de São Paulo. Atualmente a instituição trabalha como agente negociador político do agronegócio, além de desenvolver trabalho de disseminação de conhecimento e buscar oportunidades e negócios para a cadeia produtiva rural.

<sup>5</sup> Ernesto Beckmann Geisel (1907 - 1996) foi um político e militar brasileiro, Presidente do Brasil do período de 1974 a 1979.

<sup>6</sup> João Baptista de Oliveira Figueiredo (1918 - 1999) militar de carreira foi eleito pelo Colégio Eleitoral em 1978 à Presidência do Brasil (1979 a 1985) e o último presidente do período do regime militar.

J.F. – Não, cafeicultura no norte do Paraná. O município hoje se chama Prado Ferreira, próximo à Londrina, próximo à Rolândia na realidade, muito perto de Rolândia no norte Paraná. E pecuária no Mato Grosso do Sul. Aí, a família da minha mãe que era de Barretos e depois, mais a frente, a minha mãe acabou herdando uma fazenda em Barretos, interior de São Paulo. A minha família acabou migrando, hoje em dia os meus irmãos e os meus tios, a gente tem um negócio juntos. Ainda temos essa fazenda no Paraná, temos aqui no estado de São Paulo e temos no Mato Grosso hoje em dia. E Mato Grosso é um estado que eu tenho um vínculo muito grande. Eu morei no Mato Grosso de 1987 a 1998, em Jaciara, interior do Mato Grosso, na nossa fazenda e foi uma experiência riquíssima para mim.

M.G. – A sua mãe, a família dela era de Minas, não é? Em Minas vocês...?

J.F. – Não, em Minas nunca tivemos nada. A minha avó era de Uberaba, mas a minha mãe nunca morou em Uberaba. A minha mãe nasceu já em São Paulo e o vínculo maior da minha mãe era com Barretos e interior aqui de São Paulo mesmo.

M.G. – Seu pai estudou?

J.F. – Meu pai se formou, era advogado formado pela Universidade São Francisco. A minha mãe estudou História, mas não terminou a faculdade. Começou a fazer História na USP<sup>7</sup>, mas não terminou, se casou e parou. Os meus irmãos, nós somos quatro, os quatro são formados.

M.G. – Qual é a sua posição entre os irmãos?

J.F. – Eu sou o segundo. Eu tenho uma irmã mais velha, dois anos mais velha do que eu, depois sou, depois tem um irmão dois anos mais novo e outra irmã dois anos mais nova. A cada dois anos tinha uma escada. O meu irmão é zootecnista, a minha irmã mais nova é dentista, o marido dela também é ligado à nossa atividade, também trabalha conosco, e a minha irmã mais velha formou em tradução e intérprete, em Letras. Ela e o marido, junto com outras pessoas, têm um negócio chamado Central de Intercâmbio (CI) – uma agência de intercâmbio de jovens. Mas gosta também. Não tem jeito, todos nós fomos... Eu acho que pela criação e pela convivência, todo mundo tem uma ligação muito forte, muito bacana. Engraçado, quando chega períodos que têm algum tema muito específico

---

<sup>7</sup> Universidade de São Paulo (USP).

do agronegócio sendo discutido ou político, algum tema sendo discutido no Congresso, que a gente reúne, eu com os meus irmãos - uma festa, alguma coisa - invariavelmente o assunto acaba sendo uma discussão acalorada sobre posições políticas. Agora, recentemente, era o Código Florestal, mas teve já a questão do sem terra, a questão de subsídio ou não para a agricultura.

M.G. – É acalorada por quê? Vocês divergem e têm posições políticas diferentes?

J.F. – Não, não digo que a gente tem posições políticas muito opostas. A gente tem divergências e é por isso que fica acalorado. Uns mais intervencionistas, os outros um pouco menos intervencionistas, mas é uma discussão boa.

M.G. – Isso é bom. O seu pai tinha envolvimento com política?

J.F. – O meu pai gostava também de política, mas o envolvimento dele era através da Sociedade Rural Brasileira. Ele foi tesoureiro, secretário, muito ativo dentro da Sociedade Rural. Ele era muito próximo do Renato Ticoulat<sup>8</sup> e Flávio Menezes<sup>9</sup>, bons amigos dele e que depois me ajudaram muito, foram duas pessoas importantíssimas na minha trajetória.

M.G. – O senhor, então, já nasceu em São Paulo, não é?

J.F. – Já nasci em São Paulo.

M.G. – E quais foram as escolas por onde o senhor passou?

J.F. – Eu fiz o preparatório ou pré-primário só... Eu tinha bronquite, então isso era uma coisa... Eu não entrei muito cedo na escola. Eu só fui fazer realmente quando eu tinha seis anos. Antes disso eu ficava muito com o meu pai na fazenda. Como aqui em São Paulo era mais frio, eu acabava indo para a fazenda...

M.G. – Lá no Paraná?

J.F. – No Paraná. Às vezes no Mato Grosso do Sul, mas basicamente no Paraná. Então, eu fiz um ano no colégio, se não me engano, chamado Assis Pacheco, mas era o pré-primário antigo. Aí, depois já fui direto para o colégio Santo Américo que era semi-interno, colégio que eu tenho ótimas recordações, um monte de amigos até hoje. Estudei

---

<sup>8</sup> Referência a Renato Ticoulat Filho, presidente da SRB de 1978 a 1984.

<sup>9</sup> Referência a Flávio P. Teles de Menezes, presidente da SRB de 1984 a 1990.



a vida inteira só lá. Foram onze anos lá. Saí, entrei na FAAP, fiz quatro anos e daí depois já fui morar em Jaciara. Para ser franco, eu estudei pouco. Eu falo isso hoje para os meus filhos, eu acho que eu... Se fosse fazer de novo, eu acredito que eu tentaria fazer mais bem feito, a faculdade principalmente. Eu estava, na época da faculdade, muito... Os meus pais já tinham morrido, eu já sabia o que eu queria ser, eu já imaginava o que eu queria ser, o que eu sou mesmo. Eu, então, tinha mais o olhar para fora da faculdade do que para dentro. Então, acredito que se pudesse voltar um pouquinho, teria feito a faculdade de uma maneira mais bem feita. Eu não repeti de ano nunca, não pegava segunda época ou “DP” como se fala. Não tive nada disso, passei sempre. Mas eu acho que podia ter feito melhor.

M.G. – Havia uma perspectiva, da parte dos seus pais, que o senhor, enfim, se tornasse também empresário...?

J.F. – Nunca me forçaram, sabe? Não sentia isso, uma expectativa. Mas por essa minha, como eu brinco, particularidade de já ter perdido os meus pais... Eu era o homem mais velho, eu acho que se imaginava como natural que eu seguisse esse caminho. Eu, como disse, trabalhei, no terceiro e quarto ano da faculdade, aqui no mercado financeiro e eu lembro bem de que em casa todo mundo achou que era uma situação normal, mas ninguém imaginou mesmo que eu fosse fazer uma carreira no mercado financeiro. Eu acho que entenderam que era uma escala para depois ir trabalhar do que era nosso.

M.G. – Qual foi o ano que o senhor entrou na faculdade?

J.F. – Eu entrei em 1983. Quer dizer, fiz o vestibular final de 82, entrei em 83 e me formei no final de 86. Aí, no início de 87 eu fui para ajudar o meu tio e começar a trabalhar no Mato Grosso.

M.G. – O seu pai tinha terras no Mato Grosso desde quando? Desde antes do senhor nascer?

J.F. – Não, a partir de 67 compramos lá a primeira fazenda.

M.G. – Já para a pecuária?

J.F. – Já para a pecuária, sempre para a pecuária.

M.G. – Pecuária de corte?

J.F. – Pecuária de corte. E até hoje, basicamente, pecuária. Nós temos uma fazenda, que é essa fazenda de Jaciara perto lá de Rondonópolis no Mato Grosso, que tem um seringal. Mas esse seringal começou a ser plantado em 83. Então não foi a agricultura no Mato Grosso. Quando começamos lá a gente tinha outras áreas que plantava arroz para formar pasto, mas arroz como uma atividade, não digo secundária, mas era uma etapa para formar o produto final que era pastagem para a pecuária. Nós não éramos agricultores do ponto de vista de produção de grãos. A gente sempre imaginou a agricultura, por exemplo, aqui em São Paulo teve café, teve laranja muito tempo, hoje tem cana, tem seringueira, no Paraná tem café. Teve uma época que se plantava um pouco de soja, quando começou a história da soja. O meu pai teve uma pequena empresa comercializadora de soja, agora estou aqui lembrando, que se chamava Vanguarda, em Rolândia no norte do Paraná. Isso em 75, 76. E ele então, muito mais com a ideia de comercialização mesmo de sojas, as cooperativas estavam começando a se desenvolver e ele tentou fazer alguma coisa nisso. Foi um momento conturbado, do ponto de vista financeiro, para quem era cafeicultor. Em 75, tinha tido uma geada negra no norte do Paraná na qual nossa fazenda queimou inteirinha. Eu estava lá, foi no mês de julho, e eu lembro de que estávamos eu e meu irmão com o meu pai só, a minha mãe e as minhas irmãs não, e eu lembro bem dele de noite, de madrugada, ele acompanhava a colheita, ficava no terreiro de café, o pessoal trabalhava a noite e ele chegou em casa, nos chamou e nos chamou para dormir no quarto dele. Aí ele deitou e eu me lembro dele falar para nós, para mim e para o meu irmão: “Olha, a gente tem que ficar junto porque o que vai acontecer essa noite vai nos obrigar a estarmos sempre juntos, porque vai ser muito difícil da gente sem levantar de novo”. A gente não entendeu nada, eu tinha dez anos e o meu irmão oito. No dia seguinte lembro de ver cenas tristes de primos do meu pai que tem fazenda até hoje, são nossos vizinhos (para mim, na época, eles parecem velhíssimos, hoje eu acho que eles eram muito novos, na época eles deveriam ter quarenta, quarenta e poucos anos) chorando, porque o nosso cafezal ficou preto completamente, seco e preto. Uma coisa horrorosa, um negócio impressionante. Graças a Deus nunca mais vi, mas esse foi um fator também decisivo na história da minha família, porque o meu pai até voltou a replantar um pouco de café, mas nunca mais com aquele protagonismo. O café nunca mais teve um protagonismo. E até que em meados da década de 80, a gente acabou com o café no Paraná e transportou tudo para a cana ou para a pecuária mesmo e saímos da atividade. Mas eu lembro bem dessa história da geada e o sofrimento que foi para todo mundo e para minha família também. A situação financeira ficou muito difícil. Lembro de acompanhar bastante isso.

M.G. – Isso foi que ano mesmo?

J.F. – Em 75.

M.G. – Você tinha dez anos, não é? O senhor falou que o seu pai faleceu e você tinha quatorze anos, não é?

J.F. – Em 79 que ele faleceu.

M.G. – É, o senhor tinha quatorze anos. Ele faleceu de quê?

J.F. – Ele teve um ataque do coração no dia 23 de dezembro e nós estávamos até na praia, no hotel em Santa Catarina e ele teve um ataque do coração fulminante. Morreu, assim, na piscina. Estava no hotel, na praia, ele começou a sentir dor e não deu tempo de acudir.

M.G. – O senhor falou, eu acho que no início da entrevista, que o senhor se lembra de estar presente no encontro com o presidente Figueiredo. Mas o seu pai morreu antes ainda do Figueiredo, na era Geisel ainda, não é?

J.F. – Então, eu fui com o Figueiredo... Sabe quando eu me lembro do Figueiredo? Na inauguração da Água Funda e que inclusive tinha o nome de Sálvio Pacheco de Almeida Prado<sup>10</sup>. Eu me lembro de ter ido, eu achei que era com o meu pai. Então, provavelmente, estava com a minha mãe e com a turma lá, porque eu lembro bem dessa situação de o Figueiredo ter ido lá. O Figueiredo foi início de...?

M.G. – Foi 80.

J.F. – Foi 80 já?

M.G. – Então a impressão que sim, porque eu acho que o Geisel chega em 75 e acho que fica até o final da década de 70.

J.F. – Na Sociedade Rural tem uma foto onde aparece o Figueiredo cumprimentando o meu pai e o Renato Ticoulat.

---

<sup>10</sup> Referência à inauguração do Recinto de Exposições da Água Funda, junto ao Centro Estadual de Agricultura, que de acordo com o decreto nº 15.886 de 14 de outubro de 1980, passou a receber a denominação de "Salvio Pacheco de Almeida Prado".

M.G. – Pode ser, talvez eu esteja enganado. Talvez ele tenha assumido em 79<sup>11</sup>. Mas, enfim, foi mais ou menos essa época, não é?

J.F. – É, foi exatamente por aí.

M.G. – O senhor se lembra da política, da transição, o senhor teve alguma atividade política na universidade?

J.F. – Não, não. Eu fiz política de classe no colégio, mas menino mesmo. No Santo Américo, em cada classe, eram três classes por ano... Quando eu estudei lá, era um colégio só de homens e tinha o presidente da classe. Aí, depois, quando você estava no colegial, você podia se candidatar a ser o presidente do Centro Acadêmico. Eu não fui presidente do Centro Acadêmico, eu fui presidente da classe muitas vezes, não sei te dizer quantas: a primeira quando eu estava no terceiro ano primário, depois eu fui no quarto ano novamente, no ginásio eu acho que eu fui uma duas ou três vezes, no colegial eu fui também duas vezes. Então, eu gostava disso. Na faculdade foi engraçado porque eu não fiz uma política de centro estudantil na faculdade, mas eu comecei a frequentar encontros de jovens políticos ou que pretendiam fazer política, ou que queriam discutir política fora da faculdade, participei de algumas reuniões. Lembro que junto com alguns amigos fui assistir uma vez uma palestra do Ronaldo Caiado que estava começando da UDR<sup>12</sup> no Clube Paulistano e lembro que nós saímos de lá, uma turma, encantados, e queríamos fundar a UDR jovem. Esses que participam... Eu brinco que tem dois aí que acabaram ficam muito meus amigos. Um deles é hoje um político profissional com carreira política, deputado, segue carreira e continua muito meu amigo. Eu sempre gostei muito. Então, sempre participamos. Depois estivemos algumas vezes, na época da Assembleia Constituinte... Eu estava na faculdade, fui a reuniões da Sociedade Rural promovidas na época do Flávio Menezes, fui à Associação Comercial de São Paulo em 85 provavelmente (eu não lembro quem era o presidente) que teve uma discussão grande. Foi quando eu conheci o Afif<sup>13</sup> e lembro também que fiquei: “O Afif sabe falar...”. Aquele jeito. Eu tinha

---

<sup>11</sup> Presidente João Baptista de Oliveira Figueiredo assumiu seu mandato em 15 de março de 1979.

<sup>12</sup> A União Democrática Ruralista (UDR). Criada em 1985, é uma entidade de classe que se destina a reunir ruralistas e seu principal objetivo é atuar junto ao Congresso na elaboração de políticas públicas para o setor.

<sup>13</sup> Guilherme Afif Domingos (1943 - ) é formado em Administração de empresas, empresário e político brasileiro filiado atualmente ao Partido Social Democrático (PSD). É o atual vice-governador de São Paulo. Foi também secretário de Trabalho e Emprego de São Paulo (1987- 1991) e secretário de Desenvolvimento de São Paulo (2011). Foi ainda diretor da Associação Comercial de São Paulo (ACSP) (1976), bem como o superintendente do Diário do Comércio. Em 1979, foi designado presidente do Banco de Desenvolvimento do Estado de São Paulo (Badesp).

vinte anos e ele deu atenção. Eu estava com um grupo de amigos e a gente discutindo a questão da propriedade, direito de propriedade, questão dos juros. Eu queria me envolver com isso e ia atrás. Então, o meu envolvimento começou aí. Depois, quando eu mudei para o Mato Grosso, logo na minha chegada tinha alguns conhecidos na nossa região e achei que a ideia de juntá-los para pressionar os frigoríficos a nós pagar uma coisa melhor ou criar uma condição para a gente fazer compra de insumos juntos e para borracha também. Eu acabei conhecendo então um deputado, o Jonas Pinheiro<sup>14</sup>, que me procurou porque viu que eu estava juntando alguns produtores.

M.G. – Ele era de que partido?

J.F. – Ele era na época PFL. E o Jonas um dia, em uma exposição agropecuária, me procurou e brincou: “Para que você está juntando esse monte de gente aí”. Eu não o conhecia, fiquei muito sem graça: “Não, não estou juntando ninguém”. E ele foi muito simpático e se tornou um grande amigo mesmo. E ele falou: “Não, eu estou até preocupado porque você está querendo roubar os meus eleitores”. E eu falei: “Não”. E a partir daí a gente fez muita coisa junto. Eu, por incentivo do Jonas e de algumas pessoas, acabei me candidatando à presidente do sindicato rural, associação rural lá no Mato Grosso e aí comecei. Em 92 me candidatei lá, não fui eleito. Em 94 fui eleito presidente da associação dos produtores de borracha no Mato Grosso. Em 96 me candidatei para ser presidente da Comissão Nacional de Borracha em Brasília e quase, eu brinco que foi perto. Em 96 para 97, o Jonas resolveu que era... Ele já tinha sido eleito senador em 94 e em 98 quis me convencer a ser candidato a deputado federal. Eu fiquei, na época, balançado com a ideia, mas fiz a coisa certa; acabei não me filiando. Conversei com algumas pessoas e eu achei que eu podia ajudar de outras maneiras. O meu caminho não era, naquele momento, decididamente entrar para uma política partidária. Eu gostava da articulação, eu gostava de poder conversar com os mais diversos públicos. Eu acho que foi um bom caminho.

M.G. – O senhor disse que a atuação política do seu pai se restringiu mais à Sociedade Rural Brasileira, não é?

J.F. – Ao grande comércio americano, mas nessa linha.

---

<sup>14</sup> Jonas Pinheiro da Silva (1941 — 2008) foi senador pelo estado do Mato Grosso, filiado ao Democratas (ex-PFL).

M.G. – Mas ele falava de política com você, o senhor lembra?

J.F. – Falava. Porque como ele sabia que eu gostava... Eu lembro, por exemplo, que eu era menino, estava no colégio e era presidente de um clube de classe – eu não lembro o ano que eu estava na escola, seguramente eu acho que já era ginásio... Campanha do senador Carvalho Pinto<sup>15</sup> contra o Quércia<sup>16</sup>, acho que 74 se não me engano. E eu me lembro de arrumar na escola os santinhos, os adesivos e, imagina, distribuir para amigos na escola. E aí o meu pai ficou preocupado e veio me dizer: “Olha, vocês não votam. Então não tem que levar esses santinhos para...”. E eu queria que a minha turma na classe fizesse uma opção lá se era o Quércia ou se era o Carvalho Pinto. Não chegamos a fazer porque o meu pai me chamou e falou: “Você está no seu clube de classe e tem que estar preocupado em organizar lá o time de futebol da classe, ter o diálogo com o professor tutor”. Mas eu estava querendo extrapolar completamente. [riso] E aí, a partir disso, ele passou a conversar eventualmente comigo. O meu avô, pai da minha mãe, fazia comigo uma história que eu brinco que hoje em dia eu tenho saudade. Ele, às vezes, telefonava em casa no domingo, a gente ia almoçar com ele, alguma coisa, e ele falava para mim: “Olha, leia na página xis do Estadão uma notícia que você queira e quando você chegar aqui nós vamos discutir”. E eu chegava... O meu avô teve três filhas, eu era filho homem da filha mais velha. E aí ele sentava comigo no escritório do apartamento dele, quinze ou vinte minutos, só eu e ele, e ele discutia comigo, vamos dizer, aquela notícia. E depois de um determinado tempo eu comecei a só escolher notícias políticas ou econômicas e o meu avô sempre brincava: “Mas por que você não quer mais falar de futebol?”. Ele era são-paulino, a minha família toda era são-paulina e eu sou o único palmeirense, até hoje eu não sei nem explicar o porquê. E ele achava que era por causa disso, ele falava: “Não, podemos...”. E eu queria falar disso. O meu pai, enquanto era vivo, via eu gostava e discutia, conversava comigo. Eu tive, enquanto ele era vivo, uma visão até muito pró-governo militar... Não é pró-governo militar, mas ele achava que os militares tinham feito a coisa certa. E eu então tive aquilo. Depois que ele morreu que eu acabei convivendo

---

<sup>15</sup> Carlos Alberto Alves de Carvalho Pinto (1910 —1987). Formado em direito pela USP, foi assessor jurídico dos prefeitos Prestes Maia e Abraão Ribeiro. Também foi professor da Pontifícia Universidade Católica (PUC) de São Paulo. Exerceu o cargo de Secretário das Finanças do município de São Paulo em 1953 e entre 1955 e 1958. Foi Secretário da Fazenda durante o Governo de Jânio no estado de São Paulo. Entre 1959 a 1963 foi Governador do Estado de São Paulo. Em 1966 foi eleito senador da República por São Paulo. Em 1974 foi derrotado por Orestes Quércia do MDB ao tentar a reeleição.

<sup>16</sup> Orestes Quércia (1938 —2010) empresário e político. Iniciou sua carreira na política ao ser eleito vereador em Campinas pelo Partido Libertador (1963-1966). Foi prefeito do município de Campinas (SP) (1969-1972). Em 1974 foi eleito senador pelo Estado de São Paulo (1975 – 1983). Foi ainda vice governador do Estado de São Paulo (1983-1986) e governador do Estado (1987 – 1991).

com outras pessoas que não tinham tanto, assim, essa certeza quanto ele e eu comecei a questionar - o que foi muito bom, porque foi muito divertido poder fazer essa... Eu sempre gostei do debate político mesmo. Até hoje eu gosto, acho interessante.

M.G. – A sua mãe que começou a estudar história, ela não tinha uma postura mais à esquerda, talvez?

J.F. – Tinha. Muito mais. Mas não se pronunciava tanto, eu acho que ela não gostava muito de política. Eu não me lembro de discutir com ela, para ser sincero, nunca sobre esse tema. Mas eu lembro que ele teve, algumas vezes, algumas discussões com o meu pai sobre isso.

M.G. – E os seus segundos pais?

J.F. – A minha tia Virgínia trabalha conosco e ela faz toda a parte financeira, tem uma equipe e é muito dedicada, muito focada, absolutamente apolítica. E o meu tio Tonho mais apolítico do que qualquer pessoa que eu conheço. Ele realmente não gosta, não se envolve. Esse é aquele produtor rural típico brasileiro, muito focado, busca muita tecnologia, um apaixonado pela produção. Mas eu falo isso para ele muito enquanto trabalhava, a gente discutia. O meu irmão que trabalha com ele hoje, um pouco menos do que ele, mas tem esse perfil também; é aquele sujeito que gosta de estar na fazenda, de pensar nas fazendas dele, no negócio dele, especificamente nisso. Ele lembra, eu falo isso para ele, que tem governo quando o governo atrapalha alguma coisa na opinião dele, mas fora isso ele é um sujeito muito dedicado à produção. É bom no que faz, entende, conhece como poucas pessoas. Eu tenho muito orgulho dessa nossa convivência, de ter aprendido com ele, mas ele tem um perfil bem diferente. Eu até falo que isso para mim foi uma sorte, porque eu tive dois pais completamente diferentes; o meu pai primeiro morou nos Estados Unidos, formou em direito, trabalhou no Consulado Americano. Eu não aprendi as histórias dele, ouvi depois pelo Renato Ticoulat, pelo Mário Carneiro, alguns amigos dele... Na época, em 64, ele trabalhava aqui no Consulado Americano, ele era advogado do Consulado Americano em São Paulo. Ele passou a ser fazendeiro, a cuidar, quando herdou a fazenda do pai no Paraná – isso já foi em 66, depois que eu tinha nascido. O meu avô, pai do meu pai, morreu um pouco antes de eu nascer, eu não conheci. E até então que era um fazendeiro, o meu pai trabalhava aqui em São Paulo e no Consulado Americano. Ele era bastante urbano, embora vivesse da terra. Já o meu tio Tonho, meu segundo pai como eu disse, é absolutamente diferente. Ele não se formou, nasceu em

Barretos, estudou aqui eu acho que ginásio e colegial, e já voltou e foi cuidar de fazenda. A vida toda assim. Ele até, às vezes... Eu querendo me envolver ele falava: “Não, você está criando confusão. Vamos trabalhar e deixa essa turma fazer...”. Então, esse foi um contraponto que foi bom, que ajudou a me moldar. Eu falo que nessa história de liderança agrícola ele é o meu maior termômetro, porque, às vezes, eu achava que estava fazendo alguma coisa e ia lá e conversava com ele, a crítica dele muito franca, muito direta, muito sincera era, às vezes, um choque para mim. Eu falava assim: “Eu estou pensando em propor uma política assim e assim”. E ele falava: “Isso não serve para nada, porque o que interessa para nós é isso e isso”. Isso para mim foi bom e é bom até hoje, a gente tem essa vivência.

M.G. – Mas nessa política de representação de interesses ou de cooperativas ele nunca...?

J.F. – Nunca participou. Ele é sócio de cooperativas, acredita que... Ele até me estimulava sobre alguns aspectos. Ele achava que era importante participar, ele acha que... Ele fala sempre isso para mim: “Alguém tem que nos representar, então, melhor que seja você que eu sei que tem índole boa, que tem ética e que não vai, vamos dizer, aprontar. Então, você pode ir que eu vou te dar retaguarda”. Ele fala muito isso para mim: “Eu quero que você vá e fique sabendo que eu estou na retaguarda”. Mas ele mesmo não vai, não tem aptidão nenhuma para isso, a aptidão dele é outra. O meu irmão eu acho que teria também alguma aptidão para fazer... Gosta, é um sujeito que tem carisma, mas, vamos dizer, está lá... Para que eu possa estar aqui, ele está lá trabalhando.

M.G. – O seu irmão cuida mais de gado mesmo?

J.F. – Só pecuária. Nós temos três áreas no Mato Grosso e ele é zootecnista e o responsável por essas áreas que a gente tem lá; cria, recria e engorda e ele é o responsável por isso. Ele fica metade do tempo dele no Mato Grosso, um pouco mais, metade fica em São Paulo, mora em Barretos e ele fica nessa correria. Também de vez em quando me liga e reclama: “Olha, o governo aqui está com dificuldade para fazer rastreabilidade dos bois, precisa mudar, isso não funciona”. E eu, do lado de cá, tentando: “Olha, você precisa ver o lado do governo. Às vezes precisa, às vezes não. Ou o frigorífico está achando que...”. Reclamam: “olha, o frigorífico não pode fazer isso”. Aí eu tento mostrar o lado de cá: “Não é bem assim, você tem que ver também que os frigoríficos têm as dificuldades dele”. A usina de cana, às vezes também ele reclama: “Olha, não é possível. A usina subiu corte, carregamento e transporte fora dos padrões”. E eu: “Bom, vou ver”. Tem época que



eu concordo, tem hora que eu falo para eles: “Vocês estão errados. Não foi fora do padrão. Subiu porque aconteceu isso, isso e isso”. “Ah, mas então o governo tem que fazer alguma coisa”. Então, tem essa interação que eles ficam lá como a consciência lembrando das nossas origens.

M.G. – Vocês ainda têm cana então?

J.F. – Temos. Aqui no estado de São Paulo nós temos cana...

M.G. – Onde?

J.F. – Em Barretos. No Paraná a gente tem cana e pecuária. No Mato Grosso a gente tem seringueira e pecuária. E aqui no estado de São Paulo – mas aí já sou eu separado, junto com a minha esposa – eu tenho um seringal também em Barretos. O negócio de borracha acabou crescendo e eu fiquei com a parte comercial de borracha, industrial. Eu fiquei separado dos meus irmãos e dos meus tios.

M.G. – O que é mais importante para o senhor hoje: a pecuária ou a seringueira?

J.F. – Olha, se você pensar em termos de patrimônio, a pecuária é muito mais importante, não se compara. Se você pensar especificamente para mim nesse momento ou nos últimos anos, a borracha é o que toma muito o meu tempo. O meu dia a dia é com a produção de borracha, com a comercialização de borracha. Mas a renda da minha família é basicamente a pecuária, cana em segundo lugar e por último a borracha. Mas a borracha acabou tomando realmente um espaço interessante para mim. Eu gosto. Hoje em dia eu falo que muitas vezes as pessoas vêm conversar comigo... Vou dar um exemplo: ontem, eu estava no evento, aquele Melhores e Maiores, e estava conversando com uma pessoa, o embaixador Celso Lafer<sup>17</sup> de longe veio e trouxe uma pessoa para me apresentar e me apresentou assim... Eu achei que ele não... Normalmente ele falava: “Ah, João Sampaio, secretário da agricultura em São Paulo”. Ele falou: “Esse aqui é o João Sampaio que é o sujeito que mais entende de borracha no Brasil”. E absolutamente não é verdade, não tem

---

<sup>17</sup> Celso Lafer (1941 - ) formado em direito pela Universidade de São Paulo, e doutor em Ciência Política pela Universidade de Cornell, nos Estados Unidos (1970), livre-docente em Direito Internacional Público na USP (1977) e professor titular de Filosofia do Direito da Faculdade de Direito da USP (desde 1988). Foi presidente do Conselho de Administração da Metal Leve. Foi ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio e ministro das Relações Exteriores em duas ocasiões (1992) (2001 a 2002), além de embaixador do Brasil junto à OMC, e embaixador do Brasil junto à Organização das Nações Unidas (ONU) (1995 a 1998). Atualmente, é coordenador da área de Concentração de Direitos Humanos da Faculdade de Direito da USP. É membro do Conselho de Administração de Klabin. Desde 2002 é membro da Corte Permanente de Arbitragem Internacional de Haia.

anda disso. [risos] Eu falei: “Que isso, embaixador”. “Não, conta para nós a história aí da borracha, conta como foi que vocês fizeram aquela lei do subsídio”. Então, eu fiquei identificado com isso e eu gosto, claro, e procuro participar. Mas em termos econômicos, a pecuária e a cana de açúcar são mais importantes para nós.

M.G. – Cana vocês são fornecedores, não é?

J.F. – Somos fornecedores. O meu tio... Isso é outra coisa que é motivo de discussão minha com ele e com o meu irmão: eles não arrendam. Eu, às vezes, falo: “Vocês não acham que fazer essa conta um pouco melhor. Arrendar a cana para a usina é melhor do que fornecer?”. Eles absolutamente não concordam e ele fala: “Bom, se eu arrendar, tudo bem, vou cuidar da pecuária, mas eu sei produzir, eu quero produzir. Se a usina me der condição de produzir... Se ela arrenda, me paga e ela tem resultado, não é possível que eu não vou ter esse resultado se eu mesmo não tocar”. Então, nós não arrendamos e eles tocam, tocam bem e gostam. Então são fornecedores.

M.G. – Doutor Roberto Rodrigues diz que arrendar é meio caminho para vender depois, não é? [riso]

J.F. – Eu acho que cada um tem lá o seu modelo. O Roberto também, o Paulinho toca muito bem as canas deles. A mesma sensação, o mesmo sentimento. Lá em casa, o pessoal acha que arrendar você... Bom, vai fazer? O meu tio brinca: “Eu não jogo golfe, eu não gosto de ficar parado. Não vou arrendar. Tenho como tocar”. E ele adora máquina, ele adora está sempre envolvido com essa história de tratores. É a vida mesmo, está no dia a dia. E para mim acaba sendo muito confortável; estar aqui, estar podendo falar, estar podendo ir a Brasília e brigar nas instâncias todas sabendo que tem jeito competente que está lá.

M.G. – E a borracha, como foi essa coisa de...?

J.F. – Bom, a história da borracha foi interessante. Em 87, quando eu fui tomar conta lá no Mato Grosso, o nosso seringal estava em formação e tinha toda...

M.G. – E quem foi que decidiu começar a mexer com borracha?

J.F. – O meu tio. Ele conta essa história da seguinte maneira; ele encontrou um conhecido dele que falou: “Tonho, você viu que...?”. Na nossa região, Barretos, já tinha seringueira que o governo de São Paulo estimulou na década de 60. Portanto, seringueira não era uma

coisa que ele não sabia o que era. Tinha lá dois ou três vizinhos que tinham pequenos seringais. Então, ele passava em frente, ele via, ele conversava. Aí, ele se encontrou com uma pessoa no início da década de 80 – 81,82 – e que falou: “Olha, eu tenho um financiamento chamado Probor que o Governo Federal está fazendo para o plantio de seringueiras no Mato Grosso e dá certinho para você plantar isso em Jaciara. Eu vou plantar”. Ele se interessou, foi atrás e achou que podia ser, bom porque ele queria fazer uma diversificação. O meu tio sempre foi adepto... E isso eu tenho como dogma e nos cargos todos que eu tive, a vida inteira eu falei e continuo: você precisa ter diversificação. Não dá para você ser um produtor rural com uma atividade específica. E até a história do meu pai com a cafeicultura, isso, para mim, é inegociável: tem que estar diversificado. O tio Tonho também tem isso e ele resolveu, então, pegar dez por cento da fazenda lá em Jaciara e plantar um seringal.

M.G. – O nome completo do seu tio?

J.F. – Antônio Francisco Junqueira Franco, a gente chama de Tonho. Aí então ele fez esse financiamento do Probor e começou esse plantio.

M.G. – Desculpe, isso foi em...?

J.F. – Em 83, começou a plantar em 83.

M.G. – Eram financiamentos específicos do governo de São Paulo, é isso?

J.F. – Não, isso foi no Mato Grosso. Específico do Governo Federal. O Governo Federal que fez, criou essa linha chamada Probor, pró-borracha, que era na época gerenciada pela Sudhevea, Superintendência da Heveacultura no Brasil. Borracha, voltando lá para trás, tinha uma lei em 1964 que criava uma taxa que se chamava Tormb, Taxa de Organização e Regulamentação do Mercado de Borracha. Essa Tormb equalizava o preço. Então, aqui no Brasil tinha a Sudhevea que dizia qual era o preço que as indústrias de pneus tinham que pagar pela borracha produzida no Brasil. Esse preço, vamos dizer, era dez reais o quilo e o preço no mercado internacional era três. Aí, a indústria tinha que pagar uma taxa de sete para o governo. Isso o governo criou uma fortuna de impostos e taxas, e resolveu financiar o plantio de seringais comerciais na região da Amazônia Legal. Então, financiou Mato Grosso, alguma coisa no norte de Goiás naquela época - hoje Tocantins -, Pará, Rondônia, Acre. E nesse período aí o meu tio pegou esse financiamento. Quando eu entrei, já tinha plantado e aí era o desenvolvimento do seringal. Mas a forma como o

governo fez o financiamento... Como era uma atividade de longo prazo, sete anos, você recebia o dinheiro do governo não de uma vez, mas trimestralmente e de acordo com metas que você tinha que cumprir para receber a parcela seguinte.

M.G. – Sete anos por quê?

J.F. – Porque é o período que a árvore leva para crescer e começar a produzir. O dinheiro, na época, era depositado na conta dos produtores em ORTN, depois BTN, aquela história. E o juro era dez por cento ao ano sem correção monetária. Portanto, quando venceu a primeira parcela em 1990 – até foi em 89 a primeira parcela nossa que venceu – o que eu fiz? Conversei com o meu tio e eu tive que procurar, na época lá, o Jonas Pinheiro, para ir à Brasília para conseguir liquidar antecipadamente o financiamento. Nós queríamos liquidar tudo. Foi a melhor coisa que nós fizemos naquele momento, porque o valor era tão baixo, porque em um período de inflação gigantesca, ter dez por cento ao ano de juros sem correção monetária... Teve períodos de ter inflação de oitenta por cento ao mês quase, não é? Então, aquilo ficou um valor irrisório. Eu comecei a me envolver muito com essa história porque era muita gente que tinha dentro da fazenda para cuidar desse seringal, para limpar, para roçar, para cuidar de veneno, para desbrotar e tinha que cumprir as metas de papel para mostrar para a Imater lá do Mato Grosso que dava um laudo ao Banco do Brasil dizendo: “Eles cumpriram, portanto, pode liberar a próxima parcela”. E comecei a conversar muito com as pessoas e, vamos dizer, queria aprender essa história da seringueira. Então, estava lá, vinha para São Paulo, ia visitar quem já tinha seringal produzindo. Fui ao Mato Grosso visitar quem já tinha seringueira produzindo. Fiz alguns viagens para São José do Rio Claro que na época era considerada a capital da borracha. Particpei de um Congresso. Comecei a me envolver com essa história. Em 1989 o nosso seringal começou a ter as primeiras árvores a poder entrar em sangria. Bom, comecei a trabalhar com isso, procurar quem comprava. Resolvi convencer o meu tio que a gente tinha fazer uma pequena agroindústria, que nós não podíamos ser só vendedor de matéria prima. Próximo a nós, cento e trinta quilômetros, tinha o seringal da Michelin que era o maior seringal do Brasil, um dos maiores do mundo. Comecei a ficar muito próximo da Michelin, porque eu não saía de lá. Eu gostava. Além do que era uma oportunidade de conversar com gente, era europeu de fora do Brasil, querendo saber qual era a visão que ele tinha daqui. Fiquei muito amigo de um desses europeus e ele acabou que se tornou presidente mundial da Michelin agrícola. Continua até hoje muito amigo, ele já está aposentado, mas o visitei na França várias vezes, viajamos para a Ásia várias vezes juntos

para ver seringueiras. Em 89, a gente começou a sangrar as árvores. Em 90, o Collor assumiu e a borracha começou a viver um período de crise enorme.

M.G. – Por quê?

J.F. – Porque o Collor começou - da maneira talvez atabalhoada, mas muito rápida – a liberar a história dos entraves que ele achava da produção brasileira. Borracha é pneu basicamente. Oitenta por cento de toda produção, entre setenta e oitenta, vai para a indústria pneumática. Oitenta e cinco por cento vai para a indústria automobilística. Então, se o Collor achava que aqui só tinha carroça e que precisava modernizar os automóveis, começou uma pressão muito forte da Associação da Indústria de Pneus e da Anfavea de liberação do comércio de borracha. Então, o que ele fez? Ele acabou com a Tormb, portanto ele acabou com a equalização para baratear para a indústria para comprar e deixou uma outra proteção que se chamava Contingenciamento. Contingenciamento era o quê? Para a indústria poder importar borracha, ela tinha que provar primeiro que comprou borracha no Brasil.

M.G. – Qual era o percentual mais ou menos?

J.F. – Então, esse percentual que era o segredo da história, porque esse percentual era definido por uma política que dizia: olha, o Brasil vai produzir trinta e vai consumir cem. Então a gente te libera, para cada um que você comprar, dois e meio. E a indústria sempre querendo dizer que iria consumir menos e que a produção era maior para encurtar a história dessas guias. E a produção querendo dizer que iria produzir menos e a compra era maior para justamente dificultar o outro lado, porque, a partir dessa guia... Como a gente tinha que comprar, o preço você negociava, mas você cobrava caro, ou teoricamente tentava cobrar caro – e ele tinha que te pagar – para fazer isso. Mas o fato é que ficou com uma oscilação muito difícil. A indústria aproveitava, juntava umas vias, fazia uma compra grande na Ásia. Então, quando chegava aquela borracha ela deixava de comprar. Aí os preços caíam. Fazia ela muito bem e com competência o trabalho dela. Quando os preços caíam, só daí que eles voltavam a comprar. Então, a produção era muito difícil. Foi nessa época que eu comecei a procurar gente para juntar e tentar uma situação melhor. Resolvemos montar essa pequena agroindústria para beneficiar o nosso látex e não ter que vender para a indústria de pneus, e tentar fazer sola de sapato, alguma coisa, e direcionar para esse mercado – em 90, 91. Aí em 92, o Collor já sai do governo. O governo Itamar extinguiu a Sudhevea. O Collor extinguiu e o Itamar finalmente acabou mesmo com

a Sudhevea e começou um trabalho... O presidente Fernando Henrique assume lá depois o Ministério das Relações Exteriores, aí depois o Ministério da Fazenda, e a equipe dele com trabalho de que: “Essa borracha vai acabar inclusive com essa história do Contingenciamento. Você tem que se preparar, porque vai mudar”. Em 92 tem um fato histórico que é importante para a história da borracha no Brasil: é o primeiro ano em que a produção de cultivo supera a produção nativa. Na época, quarenta duas mil toneladas o Brasil estava produzindo e pela primeira vez a borracha de cultivo era maior do que a nativa. E com essa ebulição, toda essa discussão, em 92 eu tentei ser presidente da Associação dos Presidentes no Mato Grosso, perdi. Mas continuei frequentando a entidade. Aqui em São Paulo tinha a Apabor e cada vez que eu vinha aqui eu ia à Rio Preto e tentava conversar com os técnicos da Secretaria de Agricultura de São Paulo e com as pessoas envolvidas para tentar entender o que estava acontecendo. Paradoxalmente, era interessante porque eu gostava dessa história da borracha, me envolvia cada vez mais comercial e politicamente, mas o que pagava a conta era o boi. Então, fazia também aí... Tentava negociar *pool* de venda de pecuaristas, *pool* de compra de vacina, *pool* de comprar de sal...

M.G. – Não tinha cooperativa não?

J.F. – Não, no Mato Grosso não tinha. Até hoje, no Mato Grosso o cooperativismo é mais fraco do que é para cá. Em 94, eu ganhei a eleição por um voto e começamos lá. O meu apoio decisivo foi da Michelin que me ajudou a ganhar a eleição. E eu comecei a frequentar muito as reuniões em Brasília, porque já era uma decisão clara do governo que ia mudar a política da borracha. Naquele momento tinha como aliados algumas entidades de produtores e o Conselho Nacional de Seringueiros que era presidido por uma figura divertidíssima que se chamava Atanagildo de Deus Matos e ele se apresentava: “Meu nome é Atanagildo de Deus Matos, me chamam de Gatão”. [risos] Então, o Gatão era do Conselho Nacional de Seringueiros. Ele era do Pará. Tinha um sujeito do Acre que depois acabou sendo prefeito de Xapuri e a senadora Marina Silva que também era muito presente nessa história. Eu comecei uma peregrinação mesmo, literal: Ministério da Agricultura, da Fazenda, do Meio Ambiente, Ibama, Casa Civil, Presidência da República. Eu lembro que o presidente Fernando Henrique e pessoas próximas aqui de São Paulo... O doutor Rui Mesquita, do Jornal Folha de São Paulo, é um produtor de borracha e eu o conheci e, vamos dizer, até hoje é um conselheiro, um amigo extraordinário que eu tenho, um grande conselheiro da minha vida. Quando a coisa

apertava: “Doutor, você precisa me ajudar. Preciso ter uma audiência com o presidente Fernando Henrique. Eu já fui em todos os ministérios e órgãos públicos e eu tenho o diagnóstico. Preciso falar com ele”. E eu fui falar com o presidente Fernando Henrique. Ele me recebeu em audiência e eu contei o caso para ele e ele, com aquele jeito dele: “O Brasil precisa se modernizar. Você é muito novo ainda e você talvez não enxergue, mas o Brasil precisa...”. “Tudo bem, eu entendo, só que na velocidade...”.

[FINAL DO ARQUIVO pho\_1999\_joao\_sampaio\_2012-07-05\_01]

J.F. – Então, a dificuldade era: quem chega no Serra? Aqui em São Paulo tinha um técnico que a gente costuma dizer que ele é o pai da borracha aqui no Brasil, o sujeito que foi um grande lutador chamado Jayme Vazquez Cortez. Doutor Jayme Vazquez falou: “Não. Eu conheci o Serra quando ele foi secretário do planejamento do Montoro. Eu vou ajudar”.

M.G. – Ele era um técnico...?

J.F. – Da Secretaria da Agricultura aqui do estado de São Paulo. Aí, o doutor Jayme, um senhor já aposentado da Secretaria, mas foi uma pessoa, assim... A história da borracha no Brasil, a história moderna da borracha, a história da produção de cultivo se confunde com o doutor Jayme.

M.G. – Por quê?

J.F. – Bom, em 1955 ele era um técnico da Secretaria vinculado ali à produção de bananas, ele era um especialista nisso. O então governo do estado de São Paulo, na época o chefe do serviço de assistência técnica da Secretaria de Agricultura chamado José Cassiano Gomes dos Reis, chama dois técnicos; Jayme Vazquez e João Jacó e fala o seguinte: “A gente produziu uma quantidade de mudas de seringueiras que era para plantio aqui no Vale do Ribeira. A gente imaginava que reproduziria as condições agrônômicas da Amazônia, mas aqui, como lá, deu o mal-das-folhas que inviabiliza a produção. Mas a gente tem uma quantidade grande de mudas. Eu vou criar o serviço de extensão em heveacultura e comissão de seringueiras” - como a gente falava - “e vocês vejam se tem alguém que pode pegar essas mudas no interior de São Paulo”. Eles foram elevaram essas mudas para o Planalto Paulista, como a gente chama a região de Rio Preto, Barretos,

Colina. Pegaram alguns produtores que acreditaram e plantaram cinco mil árvores em um e dez mil em outras. E isso se mostrou a decisão mais acertada que alguém poderia ter feito, por quê? Porque nessa região do Planalto Paulista, você tem a condição perfeita para o desenvolvimento da planta e no período, quando a árvore troca todas as folhas, você não tem umidade porque é durante o inverno e o problema da produção de cultivo na Amazônia ou no Vale do Ribeira era justamente a umidade na troca das folhas. O mal-das-folhas, ou o *Microcyclos Ulei* que é o nome do fungo, é endêmico no Brasil. Então, quando as folhas da seringueira caem e quando elas nascem de novo, se tem muita umidade no ar, esse fungo está presente e ele acaba matando as folhas novas e consequentemente mata a árvore.

M.G. – E por que só dá na cultivada e não na nativa?

J.F. – Porque a nativa está dispersa, então quando caem as folhas dela, as outras árvores que estão lá têm folhas. Então, o fungo não vai só na folha da seringueira, aí não tem esse problema. Agora, em um seringal de cultivo, todas as árvores caem as folhas todas juntas, nascem tudo junto. Então esse era o problema. E o doutor Jayme junto com o doutor Jacó, mas o doutor Jayme muito ativo, começou a trabalhar e a desenvolver produtores, se dedicar e se tornou, sem dúvida nenhuma, o maior conhecedor desse assunto no Brasil, um dos grandes conhecedores no mundo. Ele é conhecido por todos. Ele foi para o sudeste asiático e trouxe variedades que hoje são o carro chefe da produção brasileira. Ele foi quem trouxe isso para cá e colocou no Instituto Agrônomo para poder destinar esse material genético aos produtores. Bem, o doutor Jayme eu era fã de carteirinha dele. Desde que o conheci em 87 eu passei a trocar correspondência, telefonema, visitá-lo e para aprender. E ele, na época, falou: “Eu conheço o Serra”. Nós levamos um susto: “Como?”. “Eu conheço o Serra. Eu vou ligar para o Serra e vou arrumar uma conversa”. E arrumou uma entrevista e eu fui falar com o Serra no escritório dele aqui em São Paulo, no bairro Alto de Pinheiros. Cheguei lá, me apresentei. O Serra é muito focado, um sujeito muito impaciente. Você precisa falar logo porque ele está sempre com pressa e tal. Eu comecei a explicar e ele falou: “Não, não. Está certo, já estou entendendo. Vocês querem que eu faça tramitar isso rápido?”. “Não, mais do que isso. A gente quer ter uma emenda que precisa ser colocada, porque na Câmara não passou, e a gente acha que você poderia colocar”. Ele falou: “O que é?”. E a gente explicou que era uma emenda na qual possibilitava que ao invés do produtor esperar o governo pagar direto, a indústria de pneus ou de artefatos podia pagar o subsídio ao produtor e ela também, para não ficar esperando



o governo pagar, abateria do IPI que ela paga mensalmente ao governo. O Serra colocou essa emenda que foi aprovada.

M.G. – Era uma emenda ao quê?

J.F. – Era uma emenda ao projeto de lei que criava a subvenção econômica à borracha. E essa emenda foi aprovada. No Senado, a Marina Silva colocou uma outra emenda dizendo que governo tinha que destinar recurso para treinamento dos povos da floresta, tinha que destinar recurso para melhorar a qualidade de vida. Bom, as duas foram aprovadas, e infelizmente nem uma das duas foi implementada, foi regulamentada. A subvenção econômica existiu por um período mais curto do que se imaginava e a gente teve que ir inventando maneiras para receber do governo, porque a emenda do Serra não foi regulamentada. Foi aí que eu conheci o Serra e passei a ter uma convivência, naquele primeiro momento, esporádica de discussões. O Serra sempre que me encontrava depois disso me perguntava: “A borracha?”. E eu por conta dessa história da lei conheci muita gente e fiquei sendo conhecido e identificado como: “Lá vem que o sujeito que fala borracha”. Tinha uma turma de Goiás, lá do Marconi Perillo e tanto, que me chamava: “O João Borracha”. E eu fiquei participando disso. Depois aprovamos a lei, em 97. Eu fui cuidar da minha vida. Eu tinha uma indústria de beneficiamento de borracha, comercialização de borracha, continuava ajudando e trabalhando nas atividades da nossa família, mas muito dedicado a essa questão da borracha e a questão política começou... A entidade de classe... Eu nessa época participava da CNA, era presidente da Associação Nacional dos Produtores de Borracha do Mato Grosso, era presidente da Comissão Nacional de Borracha, vim em algumas reuniões na Sociedade Rural, era vice-presidente da Apabor que era Associação Paulista de Produtores de Borracha, era conselheiro da Abag em Ribeiro Preto. Então tinha um envolvimento que estava me tomando muito mais tempo. Eu então, em 98, passei a cuidar só da história da borracha e das entidades de classe, e deixei de trabalhar no dia a dia na pecuária no Mato Grosso. O meu irmão e o meu tio assumiram e eu fiquei só com essa história da borracha. Em 2000, o Luiz Suplicy Hafers, presidente da Sociedade Rural, me chamou e falou: “Olha, você não quer participar aqui da Sociedade Rural?”. E eu, em uma petulância enorme, falei: “Participar não, eu quero ser presidente”. [risos] E ele, para a minha surpresa, adorou a ideia e falou: “Que bom, eu estou procurando alguém que queira”. Eu comecei a participar muito e vinha toda semana para São Paulo para participar das reuniões. Aí, em final de 2001 foi a eleição, em 2002 eu já assumi lá como presidente da Sociedade Rural e que para mim

tinha uma situação... Eu estava tão entusiasmado, eu achava que ia conseguir fazer tanta coisa, eu tinha convivido com tanta gente, que eu ia mudar... E tinha uma resgate histórico, assim, para mim, para os meus irmãos, para a nossa família, o caminho do meu pai teria sido ser presidente da Sociedade Rural e morreu antes. E aí então para nós quatro... A minha chegada à presidência da Sociedade Rural para a minha família foi uma felicidade muito maior até do que quando eu fui secretário da agricultura. Os meus irmãos se sentiram muito representados, muito orgulhosos e os meus tios, todo mundo. Foi uma coisa bacana, a família toda ficou muito engajada. E a Rural tinha uma possibilidade, eu falo sempre, porque as pessoas não enxergavam mais ali o João Borracha, já estavam enxergando... A Rural, aquela entidade mais tradicional... Mas eu aproveitei a Rural para falar de borracha e a Rural passou a ser conhecida... Um monte de gente vinha e eu começava... As pessoas queriam me entrevistar para falar de café ou de pecuária ou de cana, laranja que era uma atividade... As quatro atividades que a Sociedade Rural era mais presente. Eu falava no final: “Mas eu, por corporativismo, vou te falar aqui de seringueira”. E um monte de gente passou a conhecer e passou a ouvir. A seringueira foi ficando também um tema presente. Uma série de entrevistas foram feitas, capa de revista, capa de jornal, porque as pessoas não... Eu contava: “Olha gente, seringueira não é mais um produto da Amazônia, é um produto de São Paulo”. “Como?”. E hoje é assim, quer dizer, como eu contei agora do embaixador Celso Lafer. Isso aconteceu tantas e tantas vezes. As pessoas desconheciam realmente esse fato, e eu passei a ser aí o grilo falante da história.

M.G. – E a Secretaria de Agricultura, como foi a sua ida para lá?

J.F. – Bom, em 2002 teve a eleição presidencial e o Roberto Rodrigues muito engajado, não é? Eu participei muito da campanha em 2002, da campanha do Serra e da campanha do então governador Geraldo Alckmin. E o Roberto coordenou um grupo de trabalho para a elaboração do programa agrícola do Serra. A gente estava muito envolvido naquele momento. Quando passou as eleições, o Roberto foi convidado para ser ministro do Lula e me procurou na Rural e falou: “Olha, o governador Alckmin está pensando em alguns nomes para ser secretário de agricultura de São Paulo. Ele quer um moço, porque acha que a gente precisa renovar. A gente falou no seu nome. Vamos marcar, vamos conversar”. Eu tinha acabado de assumir a Rural, fiquei em uma dúvida se achava aquilo era bom ou se era ruim. Aí, no final achamos que não era o momento. Eu falo que o governador Alckmin quando quer alguma coisa ele quer, porque daí ele foi atrás de um

jovem mesmo que foi o Duarte Nogueira que foi um ótimo secretário. Mas aquilo ficou. Sempre que se falava: “Ah, o Nogueira vai ser candidato a prefeito em 94”. Um monte de gente já ia lá e: “João, vamos trabalhar, vamos fazer força para você ser secretário”. Engraçado que do mesmo jeito que quiseram que eu fosse candidato a deputado no Mato Grosso, aqui muita gente achava que eu tinha que ser secretário e eu, no primeiro momento, estava tão entusiasmado com a Rural e tinha tanto orgulho de ser presidente da Rural que naquele momento realmente não corri atrás, não fui. Bom, quando veio a eleição de 2006, eu participei muito da campanha do governador Alckmin para presidente. Andei com ele, viajei com ele pelo Brasil todo, fui para Goiás, Mato Grosso, Paraná, Rio Grande do Sul, Bahia, viajando *com* ele, ia no avião, fazendo campanha, visitando as pessoas, pedindo votos mesmo. E não participei da campanha do Serra para governador. Até tinha uma outra pessoa da Rural que foi em outros eventos, eu fui em um ou dois eventos do Serra. O Serra ganhou no primeiro turno e o Geraldo vai para o segundo. Entre o primeiro e o segundo, me procurou um pessoal e me falou: “Olha, nós estamos querendo levar o seu nome para o Serra para você ser secretário de agricultura”. Mas eu falava: “Mas gente... Não... Olha, mas o Alckmin passou para o segundo turno”. “Não, vamos fechar aqui e tal”. “Não, só vou conversar depois do segundo turno”. Teve um segundo turno em um domingo, dois dias depois eu fui jantar e conversar com Aloysio Nunes que já era um bom amigo que estava trabalhando com isso e que tinha sido já secretário de governo do Serra na prefeitura, e é muito amigo do Serra. O Barros Munhoz que tinha sido subprefeito de Santo Amaro, tinha acabado de ser eleito deputado estadual aqui junto com o Serra, é também amigo do Serra, e tinha sido secretário de agricultura de São Paulo. Os dois foram conversar comigo: “Olha, nós...”. Quem tinha falado comigo primeiro, antes de todos, tinha sido o Xico Graziano e que foi justamente entre o primeiro e o segundo turno. A gente achava particularmente que o Xico seria o secretário...

M.G. – E a sua relação com o Xico vem...?

J.F. – Vinha de lá de trás. O Xico tinha sido secretário da agricultura aqui, tinha sido secretário do Fernando Henrique. E o Xico tinha um programa na Rede Bandeirantes e ele foi me entrevistar logo depois do primeiro turno da eleição presidencial, na saída eu falei com ele: “E aí, então você vai ser secretário do Serra?”. Eu lembro bem da resposta dele, ele falou: “Olha, nós estamos vendo ainda. Não sei. Mas você vai ser o secretário da agricultura?”. Eu falei: “Eu achei que ia ser você”. Ele falou: “Não, o Serra precisa de alguém ligado no setor, alguém que seja líder e eu acho que tem que ser você”. “Não,

imagina, vamos deixar passar o segundo turno”. Aí, depois, então, o Aloysio Munhoz me procurou e eu falei que concordava, aceitava. Eu estava terminando o meu segundo mandato na Rural, não podia mais ser reeleito e tal, achei que para mim, naquele momento, seria um desafio novo, eu gosto do desafio, que eu aceitava. Fui conversar com o Serra e foi ótimo. De novo, cheguei, sentei no escritório de transição ali na rua Boa vista e o Serra: “João, tudo bem?”. “Tudo bom e tal”. “E a borracha? Vocês está plantando?”. “Estou plantando”. “E São Paulo produz?”. “É o maior produtor brasileiro”. E a gente ficou quinze minutos falando de borracha e aí depois é que ele formalizou o convite. Eu aceitei e perguntei para ele: “Mas então o que você quer que eu faça?”. E o Serra falou uma coisa que para mim foi assim bárbara, que eu fiquei animadíssimo, ele falou: “João, eu quero que você pense o macro. Não estou te chamando para fazer política... Eu quero que você me ajude a pensar o macro. A pensar o Brasil”. E o Serra sempre teve mesmo essa cabeça. “Quero pensar projetos que a gente faça aqui que repercutam e que sejam importantes para São Paulo sim, mas que sejam importantes para o agronegócio no Brasil. São Paulo é essa locomotiva, São Paulo está puxando e a gente tem que estar na vanguarda realmente”. Aquilo me entusiasmou e eu saí dali, assim, achando que a gente tinha condições de fazer uma revolução. O Serra me garantiu e cumpriu: “Olha, não vou ficar te enchendo nada. Ao contrário do que dizem eu não sou centralizador, eu sou cobrador, eu vou te cobrar muito, mas você vai ter autonomia”. “Eu tenho que indicar alguém?”. “Não, você toca, coloca quem você quer. Depois você tem ajustes que precisam ser feitos, claro”. Eu indiquei o meu secretário adjunto, o meu secretário de gabinete. O Serra jamais deu um palpite nisso.

M.G. – Nem ele e nem outros deputados?

J.F. – Nem ele, nem Aloysio, nem nada. E alguns deputados começaram a pressionar para outros cargos e aí a gente acabou um ou outro... A gente acaba negociando, mas o fundamental, hora nenhuma, nunca, em nenhum momento. Para você ter uma ideia, o meu secretário adjunto tinha sido o meu tesoureiro na Sociedade Rural que é o Antônio Queiroz. Era uma pessoa absolutamente sem ligação nenhuma, nem conhecia quase nenhum político. E eu levei o Antônio junto porque confiava nele muito e o Serra nunca questionou, nem o Aloysio que depois ficou chefe da Casa Civil, nem depois o vice-governador Goldman, nenhum deles. E aí foi um momento para mim pessoal muito interessante, porque finalmente eu estava no poder público e tudo o que eu questionava e criticava podia tentar mudar. E foi bom. Eu não saí frustrado. Muita gente falava para

mim: “Ah, eu torço para que você não saia frustrado porque todo mundo sai frustrado”. Não, eu não saí frustrado. Eu acredito que tem algumas ações que eu não consegui fazer que claro que me decepcionaram, mas eu não tenho frustrações. Eu acho que fiz o que era possível, me dediquei ao máximo. Algumas coisas que o governo fazer, eu acredito... O Serra que é um sujeito super urbano passou a falar de agricultura, a agricultura passou a ser tema das conversas, dos jantares. Vinha gente de fora do Brasil, ministros, presidentes, primeiros-ministros iam ao palácio e invariavelmente o Serra me chamava, porque agronegócio era a cara de São Paulo, o que a gente tinha de bom para mostrar. Então, a questão do etanol e volta e meia vinha a história da borracha. Então, foi um período interessante. Levei alguns conceitos, algumas ideias...

M.G. – O senhor ficou até o final do governo?

J.F. – Eu participei durante o tempo todo do governo do Serra mais o governo do Goldman por nove meses, e depois, por cinco meses do governador Alckmin. Mas a minha decisão de sair tinha sido tomada no final do governo do Serra. Quando o Serra estava saindo, eu imaginei sair, mas resolvi ficar até o fim. No primeiro momento, a gente achava que o Serra ia ser presidente. Um grupo achava, não era eu só. Depois foi vindo a campanha e... Bom, achava que se o Serra fosse presidente, as pessoas falavam: “João, você vai ser ministro?”. Jamais o Serra sequer comentou sobre isso, hora nenhuma. Eu não achava que ia ser ministro, mas achava que tinha chance de ser alguma coisa que podia ajudar... Tinha um monte de coisa ali que eu queria tentar, no nível nacional, que o Serra fizesse e que eu podia eventualmente ajudar. Então eu achava que podia sair do governo. O governador Alckmin eu tenho uma relação com ele pessoal de amizade, até uma relação de convivência mais próxima até do que a que eu tenho com o Serra. Mas eu não me enxergava trabalhando sendo secretário, eu queria voltar a cuidar um pouco das coisas na iniciativa privada quando eu vi que o Serra não ia ganhar mesmo, não tinha jeito, a decisão de sair estava tomada – tanto que eu já tinha externado isso ao governador Alckmin durante a campanha. Participei muito, de novo, na campanha presidencial e muito pouco na campanha estadual. Como já tinha feito em 2002 e 2006, em 2010 viajei Rio Grande Sul, Paraná, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás, Tocantins, Pará atrás de gente do agronegócio para conversar, para pedir apoio, para discutir, para pedir sugestão para levar ao Serra. E pouco da campanha estadual, mas o governador Alckmin sabia disso. Em dezembro ele conversou comigo e pediu que eu ficasse por um período. Eu, então, negocieei com ele que ficaria até o Agrishow e assim foi feito. Acho que fiz certo. Continuo

do conselho lá do governador Alckmin, continuo sempre conversando muito próximo, troco email, telefonema, vou lá ao palácio, tento ajudar, tento... Como ele fala: “O bom amigo é aquele que ajuda com amizade, mas com críticas e conselhos”. Então ele me cobra sempre isso e eu tento fazer essa parte. Mas foi uma convivência com três governadores diferentes, três modelos diferentes. Foi bom.

M.G. – O que o senhor destacaria, assim, da sua gestão?

J.F. – Voltar a investir em pesquisa. Como o secretário tem pouca gestão sobre contratação e tal, os institutos de pesquisa em São Paulo têm uma importância fundamental para a história do agronegócio brasileiro. O agrônomo de Campinas, o biológico, instituto de zootecnia, o Instituto de Tecnologia de Alimentos – o Itai – o Instituto de Economia Agrícola e o Pesca, que são seis institutos, têm uma importância enorme. E eles vêm em um processo de diminuição de tamanho, de diminuição de pessoas e vinham sem investimentos há muitos anos e a gente fez um programa de investimento em infraestrutura, qualificação e certificação desses institutos que foi o maior em quarenta anos no estado. Então eu tenho um olho grande de ter liderado isso, de ter convencido o Serra de que isso era importante. Então a gente reformou os institutos da parte física, a gente até conseguiu contratar gente – muito menos do que se precisava. A gente até conseguiu dar reajuste salarial. Quando o Covas assumiu o governo [INAUDÍVEL] de 94, o estado estava quebrado e o Covas entrou com um programa muito forte de contenção de gastos e que acabou indo em cima, claro, da retenção de contratação e contenção de salários do funcionalismo. Isso afastou muito gente dos institutos, bons pesquisadores acabaram saindo e indo para a iniciativa privada. Claro que precisava repor a quantidade de gente, mas precisava também repor a condição salarial. Dentro do possível... Quer dizer, a gente fez um aumento salarial logo... O primeiro aumento que o Serra anunciou em maio de 2007, o governo começando, foi para os pesquisadores dos institutos da agricultura. Um aumento, na época, enorme de cinquenta e tantos por cento que era para dar esse incentivo. E a gente passou a fazer um investimento pesado, todo ano, em infraestrutura, equipamentos, reforma de prédios dos nossos laboratórios visando o credenciamento deles. Isso possibilitou na área, por exemplo, de cana de açúcar que São Paulo fizesse convênio com o governo do México, com o governo de Angola, de Moçambique de transferência de tecnologia. Quer dizer, já que a gente não podia fazer acordo comercial, a gente ia fazer acordo de tecnologia. Coisa que o Governo Federal não tinha e a gente conseguiu fazer aqui. Então, isso eu acho que eu tenho orgulho de ter

participado. Hoje eu vou aos eventos, encontro pessoal dos institutos e que até hoje me agradecem. Acho que a gente fez dois programas que também foram inovadores e que tinham um pacote de inovação que eu queria fazer, dois eu acho que foram interessantes: um foi a questão do seguro da subvenção ao seguro rural. São Paulo teve a primeira subvenção do seguro agrícola. Pagava vinte e cinco por cento do prêmio que o produtor rural iria pagar e depois o Governo Federal pagava mais vinte e cinco. Quando eu entrei, a gente ampliou isso e fez de uma maneira que o governo pagasse direto para a seguradora, que o produtor não precisasse nem dispor do dinheiro para depois ser ressarcido. Ampliamos a quantidade de produtos assegurados...

M.G. – É muito caro esse seguro?

J.F. – Ainda é caro e esse é um dos entraves que a gente não consegue disseminá-lo para todo o Brasil. Mas é mais caro porque falta informação, é caro porque a seguradora ainda não tem a informação precisa de qual a quebra que dá em cada região, para cada cultura. A gente está criando esse banco de dados, esse zoneamento, para poder baratear. Aí, depois, precisa massificar para ficar uma alíquota baixa. Mas a gente foi ampliando e por fim a gente acabou criando os seguros para a área da citricultura, para toda a parte de fruticultura. E hoje São Paulo é o líder na área de seguro rural e eu acredito que as medidas que a gente implantou, e depois o Governo Federal acabou fazendo também, foram dentro da linha do que eu disse lá atrás que o Serra tinha me pedido: vamos estar na vanguarda. Outra ação que eu acho interessantíssima foi o trator a juros zero. Essa história começou em uma viagem de avião com o Serra, eu falei: “O governo precisava ajudar o pequeno e o médio produtor a trocar a frota de trator”. E o Serra gostava de dizer: “Não, mas quando eu fui ministro do planejamento no governo Fernando Henrique, eu ajudei a criar o Moderfrota, colocamos o juro fixo no crédito rural que fez Moderfrota”. O que era verdade, tudo correto, mas o pequeno e o médio produtor era difícil terem acesso a isso. Então a gente criou aqui no estado de São Paulo um programa e nessa viagem no avião eu falei para ele: “Olha, é mais barato para o governo pagar o juro e o produtor ter o trator, porque isso ele vai gerar mais coisas. Fica mais barato e o juro é mais barato se você pagar. Você só vai pagar a diferença”. O Serra na hora concordou. Depois, difícil foi convencer o Mauro Ricardo que era o secretário da fazenda. Mas a ideia já tinha sido comprada. A gente fez esse programa e foi um sucesso, foi interessantíssimo, os produtores ficaram felicíssimos, gente de outros estados – governadores, deputados – todo mundo vinha querendo saber o que era isso: trator juro zero, depois implemento juro

zero. E eu acho que isso foi bacana. Por último, na questão da defesa sanitária. Quando eu assumi, São Paulo estava banido nas exportações para a União Europeia, para a Rússia, para alguns países porque tinha tido aftosa em 2005 no Mato Grosso do Sul e no Paraná, e São Paulo, por ser corredor de exportação, tinha sido bloqueado também. E eu, na Sociedade Rural, brigava muito por essa questão sanitária. E eu iniciei o governo com o firme intuito de que em seis meses a gente tinha que liberar São Paulo. Na época tive ajuda do Ministério da Agricultura que entendeu. Em maio de 2007, restabeleceu-se as exportações e aí depois a gente, junto com setor frigorífico todo, foi tentar liberar a Rússia, depois o Chile. Nós estivemos na Rússia, estivemos no Chile com os ministros da agricultura desses países, o relações exteriores, o presidente. Então, São Paulo teve restabelecido seu estado sanitário, voltou a ser o maior exportador de carnes do Brasil.

M.G. – E o que foi feito para [INAUDÍVEL]?

J.F. – Basicamente a gente teve que comprovar que os sistemas de defesa paulistas eram eficientes. A gente contratou mias gente, mais veterinários, agrônomos para as áreas de defesa, reforçou os controles, criou procedimentos. Porque nessa história você tem que ter procedimentos: “Olha, se acontecer um caso, qual o procedimento?”. Isso tem que ser um padrão, tem que estar escrito, tem que estar... E aí a gente criou isso no âmbito do estado e isso funcionou muito bom. Depois uma série de pequenas ações. Teve uma história que era um tema interessante: a Codasp – que era a Companhia de Desenvolvimento Agrícola do estado – estava muito focada em fazer obras aqui para o serviço penitenciário e tal, e a função principal dela, na minha opinião, era fazer estrada rural, ajudar a consertar açudes, quer dizer, mas atuar no desenvolvimento agrícola. O Serra comprou essa ideia e tinha um programa na Codasp, na Secretaria de Agricultura que tinha sido criado no governo Mário Covas, portanto dez anos antes, e tinha sido criado pelo Xico Graziano como secretário que se chamava Melhor Caminho, que era perenização de estrada rural – não era fazer asfalto, era arrumar estrada. E o Melhor Caminho de 97 a 2006 tinha feito mil quilômetros de estradas no estado. Eu levei ao Serra e ele virou e falou: “Me faz uma proposta ambiciosa”. Eu peguei, voltei e falei: “Olha governador, a gente acha que dá para fazer. Foi feito mil quilômetros em dez anos, nós vamos fazer mil quilômetros em quatro anos”. E ele falou: “Isso não é ambicioso, isso é pouco, eu quero mais”. E a gente acabou fazendo um programa, por sugestão dele, quatro mil quilômetros em quatro anos. Ele queria fazer mil por ano. Era mil em dez anos e ele queria mil por ano. E a Codasp fez nos quatro anos do governo Serra e Goldman que eu



fui gestor quatro mil e trezentos quilômetros. A gente arrumou estrada em todo lugar. E agora eu encontro às vezes... Eu viajo muito no interior e um dia eu estava parado no posto de gasolina próximo à Assis - não é um lugar que eu passo com frequência, eu estava indo especificamente para visitar uma fazenda – e desceu um carro de chapa preta de alguma prefeitura da região – eu não sei até hoje qual era, fiquei com vergonha de perguntar. O sujeito, na hora que me viu, veio: “Secretário, muito obrigado, porque no meu município o senhor arrumou duas estradas, eu não tenho como lhe agradecer. E as pessoas e tal... Eu fui reeleito por causa dessas estradas”. E eu fiquei feliz e sem graça. Sem graça porque eu não conhecia e feliz porque eu vi que foi um programa que teve um resultado interessante.

M.G. – O senhor precisa interromper?

J.F. – Não, não.

M.G. – Então seguimos mais um pouco?

J.F. – Vamos.

M.G. – E o que o senhor gostaria de ter feito e não fez? O senhor disse que também tinha algumas coisas que o senhor não...

J.F. – Olha, eu gostaria de ter rejuvenescido a Secretaria, de ter remodelado a Secretaria, de ter preparado a Secretaria para o futuro. Vamos dizer, a estrutura da Secretaria é uma estrutura pensada para o agronegócio de trinta anos, quarenta anos atrás e hoje é outro, o modelo é outro. E o nosso grupo não teve condição de fazer isso; nós não preparamos a Secretaria para o futuro. Isso é uma decepção que eu tive. Eu achei que a gente ia conseguir preparar isso, fazer... No caso da defesa sanitária, eu achava que a gente tinha que criar uma agência de defesa específica que a iniciativa privada pudesse participar, portar recursos, cobrar, ajudar a gerir, a ter a gestão. No caso da assistência técnica, o estado de São Paulo tem um programa junto com o Banco Mundial chamado Microbacias, mas eu achava que a assistência técnica tinha que ser modernizada de novo, tinha que ser absolutamente informatizada e tal. No caso da defesa agropecuária... Eu falei da agência, mas eu queria ter insistido para que a nota fiscal eletrônica fosse junto com o GTA ou PTV. Quer dizer, o GTA – Guia de Trânsito Animal – e o PTV – Permissão de Trânsito Vegetal – fosse tudo eletrônico, que o produtor, de onde ele estivesse, da casa dele, ele emitisse. Eu não me conformava, e não me conformo que até hoje você entra em um *site*

de banco, você transfere dinheiro, você faz pagamento e por outro o próprio produtor não consegue acessar o seu cadastro na Secretaria de Agricultura e dizer o gado que tem, o que não tem por meio eletrônico, emitir uma permissão, uma nota fiscal que já esteja junto com a permissão de trânsito: “Ah, mas tem que ter alguém para checar se o sujeito vai vacinou ou não vacinou”. Não é possível e até hoje, sinceramente, eu não me conforme que nós não conseguimos fazer esse sistema funcionar, não conseguimos implantar e até hoje não está implantado. Quer dizer, eu já saí do governo faz um ano e meio. Isso foi uma decepção mesmo. E aí tem de tudo, tem corporativismo, tem falta de orçamento, tem erro de projeto, tudo envolvido. Mas o fato é que isso me deixou triste realmente, não consegui fazer. Acredito que uma outra coisa que eu queria ter feito mais era na questão de articulação dos produtores. Eu me dediquei a isso e eu tive a sorte de ter uma equipe muito parceira na Secretaria. Eu, então, tinha uma dedicação muito forte em relação às entidades de classe e aos produtores. Isso era prioridade na minha agenda mais do que prefeito, eventualmente mais do que deputados. A minha prioridade era as entidades e os produtores. Eu não cansava de dizer que o meu público era esse. O Aloysio, como chefe da Casa Civil, me ligava cobrando, reclamando: “O prefeito está reclamando que vai aí e é sempre recebido pelo meu secretário adjunto” – que era o Antonio Júlio. Porque se tinha lá um prefeito e um líder do setor, eu acabava optando pelo líder do setor. E eu queria ter feito mais, queria ter juntado mais essa turma, fortalecido mais as relações entre as entidades de classe. Às vezes, a gente tem na mesma atividade, cana, três, quatro, cinco entidades. Na citricultura é o exemplo clássico disso, na cafeicultura tem a indústria. Quer dizer, era juntar a indústria e a... Eu não sei o porquê, mas desde sempre, desde o meu período na faculdade e depois quando eu saí, eu sempre achei que a produção e a indústria têm que estar juntas. E até hoje, na minha vida pessoal, particular eu tenho esse antagonismo, eu sou pecuarista e trabalho no frigorífico, sou produtor de cana e sou conselheiro da usina de cana, sou produtor de borracha e presidi a Associação das Usinas de Borracha. Quer dizer, eu não acho que nós somos antagonísticos, nós somos únicos na atividade e no interesse da atividade. E eu acreditava que na Secretaria eu ia conseguir levar esse conceito de unidade e de ação. E, vamos dizer, no conteúdo a gente é uma coisa só, na forma a gente pode ser um pouco diferente. Com algumas avançou, com outras não. Quer dizer, não foi na velocidade que eu gostaria. Eu acho que basicamente foi isso, mas, como eu disse, um dos maiores orgulhos que eu tenho na Secretaria foi que eu consegui trazer o agronegócio para tema central das discussões do governo. Eu tenho a grata lembrança de, vamos dizer... O Serra fazia reuniões do grupo econômico dele, o

secretário Luna que era do planejamento, Mauro Ricardo da fazenda, Aloysio da Casa Civil, Goldman que era o vice-governador e secretário do desenvolvimento, e colocava a agricultura dentro dessa discussão. A agricultura passou a ser tema importante por conta da arrecadação, da geração de empregos e eu consegui... Acho que parte do mérito da minha equipe, do grupo, a gente conseguiu colocar essa discussão no ponto mais alto, quer dizer, no ponto elevado. Tanto que quando o Serra imaginou que ia ser mesmo candidato, um dos temas que ele achava que tinha que tratar era o agronegócio, porque ele falava: “Eu tenho que mostrar”. Na realidade a gente ainda não tinha. “Eu tenho que mostrar”, porque isso era o tema: “Ah, então, vai para o exterior...”. O Serra vai fazer uma apresentação no exterior, a primeira coisa que ele queria era mostrar o potencial agrícola de São Paulo. Quer dizer, aquele mote, “São Paulo é o maior estado agrícola do Brasil”, passou a ser uma voz corrente dentro do estado. Eu acho que isso foi importante para resgatar, dentro da Secretaria, autoestima dos produtores também. Foi bom.

M.G. – Deixa eu te perguntar uma coisa, o senhor falou que na sua visão a Secretaria estava muito associada a uma visão do agronegócio que era do passado que não é mais a de hoje. Qual a diferença entre o agronegócio hoje e esse agronegócio anterior?

J.F. – O agronegócio hoje é muito mais globalizado, depende muito mais de fatores externos do que o anterior. O agronegócio hoje depende muito mais de informação. A informação foi democratizada, mas a qualidade dessa informação é que precisa ser trabalhada: como usar? A informação está aí, como usá-la para fazer com que você tenha um bom resultado? Então eu acho que isso é que a gente precisa preparar, modificar. O Instituto de Economia Agrícola, por exemplo, estava focado em fazer análises dos preços de venda, mas, escuta, e os preços de custo? Quando custa produzir? Quer dizer, como mostrar, criar um site mostrando ao produtor quanto custa para ele produzir com planilhas que sejam de autopreenchimento, ele entra, acessa, coloca os dados dele. Então ele vai ver se ele está tendo resultado ou não, quais as projeções de mercado: “Escuta, então eu vou plantar seringueira, produzir borracha. Vai ter mercado quando eu começar a produzir”, ou, “vamos plantar laranja”... Está aí a crise da laranja por um excesso de oferta, mas o produtor descobriu que tinha excesso quando a fruto estava madura, não é? Então, eu acho que essa informação chega com atraso, chega dispersa e a Secretaria não está preparada, com a estrutura que ela tem, para isso. A gente tem casas de agriculturas espalhadas pelo interior do estado. O computador, o acesso a internet não está em todas. Quer dizer, o computador está, mas o acesso a internet é lento. Essas casas de agricultura

tenham que ser salas onde os produtores pudessem ir, participar, acessar o site da bolsa e cada uma delas tinha que ter um *broadcasting* com uma televisão gigante para todo mundo saber a notícia que está acontecendo. Se ele não pode ter essa informação na casa dele, que ele pelo menos ele pudesse ter em um ambiente onde ele pudesse interagir com os agentes públicos na tomada de decisão. Eu acho que essa seria a moderna agricultura, a pesquisa... Muitas vezes, os nossos pesquisadores estão fazendo pesquisa para subir de nível na carreira e conseguir ter uma rentabilidade melhor para a vida pessoal dele, o que é legítimo. Mas aquilo não é aplicável. Então, eles estão fazendo pesquisa que o produtor não vai usar ou vai demorar tanto para usar que o estado... A gente precisava fazer mais pesquisa de um alimento nutricional, os alimentos funcionais como dizem hoje em dia, e isso tem valor agregado na citricultura... A Espanha, com dez por cento da safra no Brasil, tinha a mesma receita de exportação que o Brasil, porque faz fruta de mesa. Bom, a gente está desenvolvendo, está mostrando isso? Como que a gente pode desenvolver mercado, a pecuária, nichos de mercado ou nas frutas e nas flores? E eu acho que a Secretaria está ainda querendo ensinar o sujeito a plantar. A gente tem ótimos agrônomos que estão lá para dizer: “Olha, planta abacaxi e tal”. Eu acho que a gente precisa ensinar o sujeito a gerenciar muito mais do que a plantar, muitos mais do que a criar. A gerenciar e a plantar bem, a comercializar melhor, saber a hora certa de comprar e de vender, a saber fazer o custo, ele tem que saber se compensa investir, colocar mais adubo ou menos adubo, se compensa fazer ovinocultura ou não, verticalizar a produção, diversificar a produção, gerenciamento ambiental. É isso que eu acho que seria a Secretaria do Agronegócio de hoje e não de trinta anos atrás. E não fiz.

M.G. – E como é o estudo na área da borracha, pesquisa, enfim?

J.F. – A pesquisa existe, a gestão... São Paulo tem hoje uma das melhores gestões de seringaais do mundo. A gente ainda tem muito desafio, muita coisa a fazer, mas vem gente de outros lugares do mundo para ver. O modelo de São Paulo é praticamente único. Os grandes plantios estão concentrados no sudeste asiático, pela ordem: Tailândia, Indonésia, Malásia, Vietnã, Índia. E lá, micro e pequeno produtor, [INAUDÍVEL] produtor com um hectare como média. E aqui em São Paulo a média é trinta hectares, o que já baixo, mas comparado com o sudeste asiático é muito maior. O produtor médio de borracha em São Paulo tem curso superior, é um sujeito que não tem só seringueira, que é diversificado. Então isso tudo facilita muito a gestão da atividade. Quem entrou... Como não tinha financiamento para plantio e até é, vamos dizer, isso é uma das outras coisas que era um

sonho no setor: ter um financiamento específico. E eu na Secretaria corri atrás e a gente hoje tem um financiamento específico. Começou aqui em São Paulo com o Banco do Brasil, dois anos foi só para São Paulo que foi o projeto piloto, e hoje faz para o Brasil todo. Isso foi um projeto meu que eu cobrava o Governo Federal e o Banco do Brasil toda semana. Mas até então, quem tinha plantado seringueira plantou com recurso próprio, plantou tirando recurso de outra atividade para colocar nessa. Então já tem um modelo de gestão mais eficiente. Mas aí a gente tem um defeito, nos últimos anos os preços da seringueira estão fora da curva, subiram muito, o que espero que se mantenha, e a bonança gera ineficiência. Então, como está ganhando muito bem, você, às vezes, não faz a lição de casa que deveria, quer dizer, o corte de custo, a gestão do custo acaba ficando um pouco folgado, porque você tem uma gordura. Então tem esse desafio hoje para a seringueira em São Paulo e a gente está atento a isso. E tem o desafio de setor que a gente está um pouco atento: a rentabilidade das usinas de beneficiamento. As usinas de beneficiamento ficaram exprimidas entre a indústria consumidora e o produtor. Como borracha é diferente da maioria das atividades agrícolas no Brasil, nós somos importadores; a gente importa dois terços do que consome, a demanda é muito aquecida, quer dizer, a indústria pressiona a usina para comprar mais o máximo possível que ela possa aqui no Brasil. E a usina, como tem a produção menor do que demanda, começa a queimar margem achando que vai conquistar mercado. E essa conquista de mercado tem sido feita a base de prejuízo. Isso me preocupa um pouco, a gente está em uma situação melhor hoje, mas a gente passou uns dois ou três anos aí de usinas atrasando pagando de produtores por conta de falta de rentabilidade. O produtor com uma rentabilidade excepcional, a indústria também com uma rentabilidade boa e a beneficiadora no meio exprimida. E eu falava que eu tinha muito tranquilidade para dizer isso porque eu não era mais beneficiador, então eu não estava defendendo um segmento específico. A gente vai ter um desafio novo pela frente que é o desafio da mão de obra. A seringueira é intensiva mão de obra. E hoje o seringueiro, eu brinco, é um metalúrgico do campo. Ele ganha mais do que os pares. Um seringueiro ganha, nesse período agora que é o auge da produção de borracha – maio, junho, julho -, três mil reais por mês. É mais do que o tratorista, é mais do que o campeiro, é mais do que o cortador de cana, é mais do que o colhedor de laranja. Quer dizer, ele é um trabalhador especializado, ele tem que ter um treinamento para fazer a sangria, mas está ficando cada vez mais difícil. Então esse vai ser um desafio do setor: treinar gente, preparar para os grandes plantios que a gente fez nos últimos anos e que

vão entrar em produção nos próximos anos. Eu acho que o setor precisa se mobilizar um pouco para isso.

M.G. – Quem são os beneficiadores? São antigos plantadores?

J.F. – São antigos plantadores que se tornaram beneficiadores. Hoje, o maior beneficiador do Brasil...

[FINAL DO ARQUIVO pho\_1999\_joao\_sampaio\_2012-07-05\_02]

J.F. – Bom, eu sou casado com a Maria Teresa, sou pai a Ana Cristina e do Pedro. A Ana Cristina tem dezenove anos e o Pedro tem quinze. A Tetê, minha esposa, é filha de fazendeiros também.

M.G. – Fazendeiros de que setor?

J.F. – Meu sogro foi produtor de grãos e pecuarista na região de Guaira ali próximo a Barretos e em Barretos. Um sujeito filho de emigrantes italianos. Não estudou, estudou pouco, trabalhando sempre na terra. Um sujeito produtor rural também clássico. A Tetê é dentista, mas também muito vinculada às questões rurais. A Ana, minha filha, é urbana totalmente. Morre de medo de bicho.

M.G. – E já está faculdade?

J.F. – Está na faculdade, faz administração.

M.G. – Onde?

J.F. – NA FAAP. Gosta de política, mas urbana. E o Pedro já a paixão é ir para fazenda, montar a cavalo, fala que quer ser agrônomo. Eu estou incentivando, acho que é ótimo. Acredito que pode ter um sucesso, vamos ver.

A.B. – Por fim, gostaria que o senhor contasse um pouco como foi o convite para assumir a vice-presidência do grupo Marfrig?

J.F. – Quando eu saí do governo, maio de 2011, a minha ideia naquele momento era participar... Eu já participava de alguns conselhos de empresas do agronegócio, a minha

ideia era continuar nisso e voltar para a minha atividade de produzir borracha, comprar borracha, de voltar... Tinha até um projeto que eu tinha dito para o meu irmão e meu tio que eu ia voltar a ajudá-los eventualmente em alguma fazenda nossa. Mas logo eu tive um convite para ser consultor aqui da Marfrig e das indústrias de sucos laranjas para a criação do Consecitrus e eu fiquei me equilibrando nisso, e sendo conselheiro de algumas empresas e participando desses conselhos. Quando foi no início desse ano de 2012, o Marcos, que é o senhor da Marfrig, criador, proprietário, empreendedor, me convidou para ser vice-presidente institucional. Naquele primeiro momento eu não queria largar as outras coisas que eu estava fazendo, e até a gente foi conversando e finalmente chegamos à conclusão que dava para conciliar. Eu sou amigo dele há muitos anos, acredito muito no trabalho dele e está sendo uma experiência nova para mim, um desafio, como eu já disse que eu gosto, entender esse mundo corporativo. A Marfrig hoje é uma empresa que tem mais de noventa mil funcionários, tem uma previsão de faturamento esse ano superior a vinte e cinco bilhões de reais, está presente em mais de vinte países com fábricas ou centros de distribuição, marca líder em alguns setores, é a maior empresa do Uruguai, é a maior empresa da Irlanda, tem fábricas na China, nos Estados Unidos, em todo lugar. Eu, então, estou tomando pé de tudo isso e como vice-presidente tentando ajudar a empresa, o Marcos e todo mundo aqui, a ter um melhor relacionamento com os pecuaristas, com os produtores de grãos, com os governos municipal, estadual e federal, com os, vamos dizer, clientes quando precisa, claro. Mas o foco é basicamente institucional. Continuo sem conselheiro da Cetesb, da Brasilagro, da [INAUDÍVEL], continuo sendo coordenador do conselho da citricultura, sou conselheiro da Usina Guarani. Então, eu continuo fazendo todas essas atividades ao mesmo tempo e convivendo aqui com o Marfrig aqui na vice-presidência.

M.G. – Só para terminar, o sobrenome da sua esposa?

J.F. – Petroni.

M.G. – Maria Teresa, não é isso?

J.F. – Maria Teresa Petroni de Almeida Sampaio.

M.G. – Está ótimo.

A.B. – Ok.

M.G. – Ok, doutor João. Muito obrigado.

J.F. – Gente, eu que agradeço demais vocês a paciência. A minha história é com certeza mesmo...

[FINAL DE DEPOIMENTO]